

# PROPOSTA - 8

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

P R O P O S T A

REVISTA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DE BASE

SETEMBRO 1978, Nº 8

TRIMESTRAL

ANO 2

EDITORIAL

Conselho de Redação 3 Apresentação

ARTIGOS

Jaime Santos 5 Moradia no lugar de atuação - Algumas questões

João Luís van Tilburg 9 A forma de comunicação - Avaliação dos conjuntos de slides sobre a CLT

Conselho de Redação 17 Entrevista com candidatos populares

Osmar Fávero 32 Sobre os conceitos de educação de base

---

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy. Conselho de Redação: Ademar Andrade Bertucci, Jean Pierre Leroy, João Luís van Tilburg, Joaquim Alcides Toledo Ribeiro, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Valderi Antão Ruviano, Victor Valla, Ziléa Reznik. Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe. Impressão: Vickson de Souza Viana. Assinatura anual: Cr\$ 120,00; número avulso: Cr\$ 30,00. Enviar cheques nominiais à FASE. Exterior; assinatura anual: US\$ 20,00; pagos através de "International Money Order" nominal à FASE.



## A P R E S E N T A Ç Ã O

Estamos em tempo de eleição. É uma oportunidade de aprofundarmos junto aos grupos, o significado político de sua participação. Por esta razão apresentamos a vários candidatos um pequeno roteiro com o intuito de obter elementos, na nossa opinião importantes, que pudessem orientar nossa reflexão sobre este acontecimento. Alguns candidatos atenderam a nosso pedido. Os resultados estão aã.

O presente número traz também uma questão que nos anos cinquenta foi bastante discutida entre os padres-operários na França: "O a gente de base deve ou não morar na área onde atua?" É o leitor que opina.

Para quem tem interesse em saber como o significado do conceito Educação de Base se desenvolveu no Brasil, encontra um estudo que lhe pode valer muito.

E por fim retomamos mais uma vez uma experiência de educação de base que consideramos bastante significativa: a produção de conjuntos de slides sobre a CLT junto com três grupos de operários. Reproduzimos, em parte, a avaliação desta atividade.

É isto. Esperamos que cada leitor encontre, nestas quatro contribuições, algo que lhe satisfaça.

Rio de Janeiro, Setembro de 1978

Conselho de Redação



## MORADIA NO LUGAR DE ATUAÇÃO - ALGUMAS QUESTÕES

Jaime Santos

A alternativa de morar num lugar onde há falta de saneamento básico e condições de vida em geral, sempre se colocou para aqueles que de uma maneira ou de outra tentam intervir no processo social. Para alguns constitui-se muitas vezes critério para um engajamento; e o fato de morar no meio do povo dá a impressão para esses de já ter cumprido uma grande tarefa do processo de intervenção, caindo muitas vezes no exagero de tornar isso regra geral para os "realmente interessados" em um trabalho de educação de base.

É em cima dessas questões acima mencionadas que tentaremos levantar outras questões.

A idéia de morar no local de intervenção parte sempre, parecem-nos, de uma opção pessoal do agente, e de forma nenhuma pode se constituir em regra geral, ou critério para todos, seja independentemente ou ligado a determinadas entidades ( e é só desse caso que tratamos aqui). Isso porque as tarefas que envolvem o trabalho de educação popular, *não podem ser homogeneizadas e reduzidas a uma só forma de fazê-las*: as tarefas são várias, assim como diversas são as formas de atuação dos agentes comprometidos com a realidade a transformar.

Sem dúvida, que as facilidades de um trabalho mais de perto da população são muitas; a integração do agente com a mesma, tornando-se "um deles" - em alguns aspectos -, as mesmas condições de vida, dá ao mesmo uma visão mais apurada do dia a dia da população assim como a partir de um engajamento cada vez mais profundo, sentir os efeitos do processo de educação que se instalou no local. Ao lado dessas mesmas facilidades se colocam questões que a partir de experiências de "identificação com o povo" podemos colocar na ordem do dia.

Diante dessas questões introdutórias podemos esboçar o seguinte quadro:

1. *Daqueles que subestimam a contribuição dada porque não moram no bairro onde atuam.*
2. *Daqueles que morando no local acentuam muito a questão da identificação, (superestimam a contribuição dada) em detrimento do objetivo central do trabalho de educação popular.*
3. *Daqueles, para os quais tanto faz estar ou não morando no local de atuação, mas estão profundamente preocupados com o caráter central da intervenção no meio das classes populares.*

Ora, de início podemos afirmar que a população não precisa de pessoas que sejam como elas, porque a resolução dos problemas da mesma não reside aí. Não está no número de agentes que "descem" até o local para morar com ela. Ou ainda, a qualidade da educação não está no problema da moradia ou não moradia no meio das classes populares, ou mesmo de nível social. Mas a qualidade da educação será maior ou menor na medida em que os agentes colocam (ou não) à disposição da população, os elementos de análise para que a realidade em que vive a mesma seja desvelada, entendida, e mais de que tudo transformada. Então o mais importante parece-nos ser uma questão objetiva: que questões devem ser problematizadas para que a população possa entender a sua realidade e conseqüentemente transformá-la? Que aspectos devem nortear a prática dos agentes para que a educação em processo forme elementos maduros, e não seja uma repetição do discurso populista.

Isto independe do local de moradia ou de nível social dos agentes, pois o como fazer é suscitado pela realidade em que se vive e reclama tipos de práticas, maneiras de fazer.

Das experiências que podemos vivenciar, algumas características nos chamaram a atenção: num primeiro plano temos as experiências em que os agentes numa tentativa de "identificarem-se com o povo", vestiam-se como "tal", "falavam tal como" até. Alguns por causa da origem não caricaturavam tanto quanto aque-

les que num esforço grande apresentavam nada mais que uma caricatura. Nessas experiências alguns chegaram a se integrar no processo de produção (quando no meio rural). Dos que se situavam na cidade, notaram que a questão não era tão simples como pensavam: da convivência com "o submundo" à reação com os elementos que não faziam parte deste, mas que num "gesto espontâneo" eram contrários à sua opção.

Desses, não se notava além da identificação, uma perspicácia maior quanto às questões referentes a propostas alternativas.

Num segundo plano, vimos agentes que, levando em consideração o fato de morarem no local, não acentuavam tanto a questão externa da experiência (o subjetivo) mas se preocupavam antes de tudo com o prioritário da educação popular: a questão de suscitar no meio da população agentes transformadores.

Ora, dizíamos nós que num processo de educação popular, a integração com a população não está no problema da moradia ou não, pois o mesmo não responderá por si só às questões fundamentais da mesma - pois a pobreza, tal qual ela se apresenta não é um valor, pois o que se combate são exatamente as suas causas. Mas essa questão se coloca como "a maneira de realizar segundo a contribuição que cada agente pode dar melhor, segundo o papel que cada um pode desempenhar mais consequentemente" no combate a própria miséria a que estão submetidas as classes populares.

Para concluir dizemos, que a moradia "in loco" pode facilitar bastante o trabalho de educação popular, tanto pela mobilização que o agente terá no meio da comunidade, quanto pela proximidade dos acontecimentos da vida em geral da população (mutirões, produção, festas, etc.). Sendo morador é mais fácil envolver-se na realidade (sem se deixar observar) e ser agente educador deixando-se educar pela população. Os riscos parecem-nos que (para os dois tipos de agentes) se colocam em pé de igualdade: assumir pelos outros, paternalismo etc., devem ser enfrentados como naturais do processo de importância e não participação a que foram submetidas as classes populares. Do

contrário de nada adiantará o esforço de integração no meio das mesmas se a prática dos agentes não for orientada para o surgimento de agentes transformadores da realidade na perspectiva das classes populares. Afinal o que está em jogo é a criação de condições para que a problemática da população a quem se destina a educação e a tentativa de integração, seja resolvida pelo esforço agentes-população.

## A FORMA DE COMUNICAÇÃO - Avaliação dos Conjuntos de Slides sobre a CLT

---

*João Luís van Tilburg*

Nos dois últimos números da Revista PROPOSTA abordei a produção de conjuntos de slides sobre a Consolidação das Leis do Trabalho. Escrevi que o empregador pode explorar ao máximo o trabalhador que desconhece uma série de direitos seus, já conquistados e transformados em Lei. Por isso um grupo de agentes de base achou válido sensibilizar os operários para conhecerem seus direitos previstos por Lei e encontrarem soluções coletivas. Neste sentido, o conhecimento da Legislação Trabalhista, foi considerado ponto de partida para discussão dos reais problemas que afetam a classe operária.

Julgamos também de máxima importância que os grupos de operários participassem da produção dos conjuntos de slides, para evitar que predominasse a nossa percepção sobre a problemática operária. Queríamos que os conjuntos de slides reproduzissem os pontos de vista e as opiniões de operários. Acredito que conseguimos.

Mas - e sempre resta um "mas" - não conseguimos realizar tudo aquilo que pensávamos que devia ser feito. Por isto acho oportuno retomar nossa reflexão e avaliar um dos aspectos do processo todo: a forma de comunicação.

**Produção dos conjuntos CLT, uma atividade**      Entendo que a produção dos conjuntos CLT deva ser considerada, sem a menor dúvida, uma atividade com propostas educacionais semelhantes àquelas de uma roça comunitária, a construção de um Centro Comunitário ou a organização de um curso pré-profissionalizante de solda oxi-acetileno.

Ao propor a um grupo uma destas atividades, o agente, além de alcançar o objetivo específico da atividade (a construção do Centro Comunitário), visa conscientizar os participantes desta

atividade. A atividade (construção do Centro Comunitário) tem o objetivo de grupalizar pessoas do bairro para iniciar um processo de reflexão a partir desta atividade. Da mesma maneira a atividade "produção dos conjuntos CLT" tem a finalidade de sensibilizar grupos de operários para encontrarem soluções coletivas para os problemas que afetam à própria classe operária.

#### Princípios de participação

Ora, se o objetivo da atividade é "atuar coletivamente", a atividade em si mesma já deve ser encaminhada de maneira coletiva e proporcionar uma atuação coletiva. Parece-me claro que, conforme o tipo de atividade, a atuação coletiva é diferente. A construção de um Centro Comunitário é encaminhada na base de mutirão. Num curso pré-profissionalizante de solda oxi-acetileno, a atuação coletiva inclui discussões sobre a organização do curso, sobre o papel do professor etc. Para a produção dos conjuntos de slides esta "atuação coletiva" dos operários participantes consistia simplesmente em decidir juntos o que devia ser tratado pelos conjuntos CLT e o que devia ser o conteúdo.

#### Formação de pessoas

Sendo a roça comunitária, a construção de um Centro Comunitário etc., atividades com propostas educacionais, os agentes de base esperam que, ao terminar cada atividade, pelo menos alguns participantes obtenham um pouco mais de clareza sobre o real problema que os afeta, e estejam dispostos para dar continuidade ao trabalho de educação popular.

O trabalho conjunto na roça comunitária melhora bastante a produção de feijão. Era isto que os lavradores queriam. Mas para conseguir este resultado, os lavradores foram obrigados a comprar sementes selecionadas, adubo químico etc. Portanto, não foi apenas o trabalho conjunto que levou a melhorar a produção. Outros elementos estavam envolvidos. As dificuldades para adquirir sementes selecionadas, o alto preço do adubo químico etc. foram oportunidades para o agente de base discutir com os lavradores participantes algumas questões relativas ao problema agrário.

O agente revelou desta maneira, ter bem presente a idéia de ampliar para os agricultores o ângulo de visão sobre o problema agindo, de tal modo que alguns dos participantes percebessem com um pouco mais de clareza o ponto central da questão. Melhorar a produção não é solução. Quando todos os lavradores conseguirem aumentar sua produção de feijão, o preço do produto cai. Não dá para fugir da lei da oferta e procura. O cerne da questão é, portanto, outro.

Assim também, com atividade "produção dos conjuntos CLT", queríamos contribuir para formar operários. Era por este motivo necessário que os operários participantes percebessem a forma de comunicação presente nestes conjuntos de slides. Esperávamos, pois, que alguns deles utilizassem estes conjuntos para formar outros grupos de operários.

Forma de  
comunicação

Sem exagero, pode-se dizer que todos nós temos a tendência a querer convencer os outros da importância e validade das nossas idéias. Para conseguí-lo, discutimos e argumentamos. Não é para estranhar, pois fazemos parte de uma sociedade cuja prática de transmitir mensagens visa nada mais nada menos que justificar esta prática. Um pequeno grupo dita como a maioria da população deve viver e agir para que este pequeno grupo conserve seus privilégios. É a ideologia dominante.

Desde a infância incorporamos elementos desta prática. Julgamos, sem pensar muito, lícito fazermos a mesma coisa da mesma forma: tentar convencer os outros da validade dos nossos pontos de vista, o que equivale a dizer, em última análise, das nossas soluções para os problemas constatados. Sem querer, ao incorporarmos esta forma de comunicar tornamo-nos dogmáticos. Ditamos as regras como os outros devem agir, o que significa que nós apresentamos as soluções necessárias para os outros resolverem seus problemas.

Mas o que tem isto a ver com os conjuntos de slides CLT? Ao constatar que todos nós incorporamos, em gradações diferentes - é claro - a forma de comunicação característica de nossa sociedade,

queríamos que os operários que participaram da produção dos conjuntos CLT, percebessem a forma de comunicação decorrente do método de trabalho adotado. Isto é, queríamos que eles percebessem, com clareza, como sua participação resultou numa forma de comunicação diferente daquela que incorporamos.

Ao perceberem, no nosso entender, a contribuição efetiva desta participação em relação ao produto final (os cinco conjuntos CLT), os operários participantes compreenderiam a forma de comunicação que está presente nestes conjuntos de slides. Era uma maneira de capacitar estes operários para utilizarem os conjuntos CLT na formação de novos grupos de operários. Neste ponto falhamos.

**Avaliação** Já na primeira reunião com os agentes de base, decidimos que os conjuntos de slides deveriam ser "abertos" (foi a formulação usada), isto é, não poderiam apresentar soluções que nós, agentes de base, achávamos as mais adequadas. Isto significava que os pontos de vista, as opiniões e mesmo as soluções que os operários participantes apresentassem para solucionar problemas de trabalho, deviam ser incorporados nos conjuntos de slides. Mesmo as soluções mais equivocadas. Em outras palavras, os conjuntos CLT não poderiam ser dogmáticos, ou seja, deveriam reproduzir fiel e qualitativamente as discussões dos grupos participantes, sobre a CLT. Assim foi feita, e quem vê os conjuntos de slides, vai concordar comigo. O que não conseguimos foi fazer com que os operários percebessem com clareza, a forma de comunicação presente nos conjuntos de slides sobre a CLT. A avaliação feita com os grupos confirma nosso ponto de vista.

**"Deveria ser mais direto"**

Num dos relatórios da avaliação com um grupo de operários, lemos o seguinte:

*"Reclamaram de alguma fala ou texto que tem exatamente a intenção de provocar a discussão e que eles achavam que deveria ser mais direto. Eu atribuí isto à falta de clareza sobre o método que estamos tentando utilizar".*

Ser mais "direto" na apresentação de um problema de trabalho envolve um ponto de vista já definido. A constatação de um problema depende diretamente do posicionamento ideológico da pessoa perante o funcionamento da sociedade.

Toda constatação de problemas é justificada com argumentos que explicitam uma determinada interpretação dos fatos. Existem outras interpretações. Um exemplo. No conjunto de slides sobre Segurança e Higiene do Trabalho, aparece a seguinte frase: "Um trabalhador que quebra o chuveiro, prejudica seus colegas de trabalho". Alguns agentes de base acham que fizemos um julgamento, condenando o trabalhador que quebra coisas no local do trabalho. Os operários que suscitaram este fato real, raciocinaram de outra maneira:

*" Se um cara quebra um chuveiro, que é para o uso de todos os companheiros, o encarregado ou patrão não manda consertá-lo, pois na mentalidade dele o trabalhador é um mal educado. Isso nos prejudica, a nós, trabalhadores".*

No conjunto de slides, mencionamos apenas o fato, sem entrar em detalhes sobre seu significado, que esperávamos pertencesse à discussão após a projeção do conjunto. E por que não demos os detalhes? Veja, não adianta dar o "recado" para todos os operários que vão ver o conjunto de slides. Depende da percepção deles e na discussão, o agente deve estar atento para levar a este tipo de argumento.

"Inviável a socialização de um processo pedagógico"

O relatório de avaliação menciona também a percepção de um dos grupos de operários em relação às suas preocupações com a atividade "produção de conjuntos de slides".

*" O pessoal não está preocupado com o problema do método. Acham que podia ficar mais claro. (...) Quanto aos objetivos (compreensão exata das leis trabalhistas em relação aos interesses do conjunto dos trabalhadores) parece que ficaram bastante claros, mas inviáveis no que se refere à especialização de um processo pedagógico aos grupos de base porque eles não tinham claro, com exceção de 2 elementos, uma nova pedagogia do trabalho".*

Esta constatação questiona a preocupação nossa de agentes de base. Não seria exigir demais querer que operários, que participam da produção dos conjuntos CLT e que têm a preocupação de resolver os seus problemas de trabalho do dia a dia, estejam interessados numa forma de comunicação? A resposta não é fácil. Devemos considerar um conjunto de coisas. Alguns de nós acham que fomos idealistas neste ponto. Eu pessoalmente não estou muito convencido. Veja, foi a primeira vez que produzimos um audiovisual desta forma, e cometemos alguns erros. Não tenho muita clareza sobre isto e por esta razão é melhor deixar esta discussão sobre a viabilidade ou não deste tipo de formação para mais tarde, depois de concluídas novas experiências. Em todo caso, o elemento mais importante desta discussão toda é exatamente a preocupação dos operários, pois esta influi diretamente na sua percepção em relação ao método adotado.

"Poucas idéias de como fazer foram aproveitadas"

Outro relatório evidencia um erro da nossa parte:

*"Poucas idéias de como fazer os conjuntos foram aproveitadas, e, na realidade, os grupos serviram para fornecer os fatos e depois esses foram utilizados no roteiro".*

Evidentemente há uma explicação para este erro. Não quero, com isso, justificá-lo, mas parece-me, que ela pode servir de sinal de alerta para muitos agentes de base cujas atividades tenham propostas educacionais.

Quando formulamos as etapas do processo de produção dos conjuntos CLT, nós nos baseamos, em termos de cronograma, em experiências anteriores de produção de conjuntos de slides. Fomos muito flexíveis na determinação de tempo para cada etapa, e achamos que, no espaço de seis meses, os conjuntos poderiam estar prontos. A flexibilidade na determinação de tempo para cada etapa de produção consistiu em duplicar o tempo necessário para cada etapa de uma produção comum, isto é, sem a participação de operários. Assim, se a elaboração de um roteiro na experiência anterior exigia uma semana, calculamos que cada roteiro de cinco temas da CLT, gastaria duas semanas. O que ocorreu foi que pre-

cisamos de quatro semanas para cada roteiro. Sem nos dar conta, tentamos correr contra o tempo, o que resultou em não aprofundar, junto com os operários participantes a real contribuição deles.

Um exemplo. Os roteiros de cada tema foram discutidos com os grupos de operários. No roteiro constavam a descrição do slide e o texto da narração. Com o grupo do Grande Rio adotamos este procedimento. Um operário lia, em voz alta, a descrição do slide, e outro, a narração correspondente. Percebíamos que sobretudo a descrição do slide criava dificuldades de compreensão. Assim, no conjunto de slides sobre o tema Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, usamos, para simbolizar que o depósito mensal de oito por cento sobre o salário ganho é do trabalhador, embora não tenha acesso a este dinheiro (a não ser nos casos estabelecidos por Lei), a imagem "porquinho-cofrinho". Costuma-se utilizar um porquinho, geralmente de barro, como cofre para depositar "economias". Este símbolo "porquinho-cofrinho" voltava várias vezes na abordagem do tema. Por ocasião da leitura do roteiro, em voz alta, ficou evidente que os operários não compreenderam este símbolo. A razão é simples. Nada sobra do salário deles para se colocar no cofrinho. Decidimos então substituir "porquinho-cofrinho" por "casinha-cofrinho", uma vez que o dinheiro do Fundo de Garantia é destinado, conforme o regulamento do BNH, à construção de casas populares. Quando mostramos uns dois meses depois, a produção provisória do conjunto FGTS, os grupos não tiveram dificuldades em compreender este símbolo "casinha-cofrinho". "Estava na cara", para assim dizer.

Em tempo algum, discutimos com os operários, que participavam da produção, este tipo de contribuição. Estávamos, pois, preocupados com o tempo. O fato de não termos discutido com os grupos de operários a verdadeira contribuição deles, deve ser considerado lacuna e isto por vários motivos indicados pela avaliação:

- Faltava experiência de trabalho conjunto dos operários participantes. Foi uma experiência nova que agradou a todos, mas sem perceberem explicitamente a questão da pedagogia.

- Havia uma expectativa idealista da nossa parte em relação ao nível de participação possível dos operários. Devido a este tipo de expectativa a gente supunha uma porção de coisas. Discutimos com eles quase todos os aspectos do significado da legislação trabalhista, mas não discutimos suficientemente o processo todo. Em relação ao grupo do Grande Rio, por exemplo, só quase no final da atividade começamos junto com os operários a avaliar cada reunião.
- A elaboração dos roteiros como também a produção provisória e definitiva dos conjuntos de slides exigiram mais tempo do que o previsto. Por este motivo, os operários não tiveram clareza do processo como um todo. Consequentemente, as idéias, sugestões, discussões, etc. da etapa "X" que foram incorporadas no roteiro a ser discutido na etapa "Y", não foram percebidas por eles como contribuição deles. Demorou demais o espaço entre uma e outra etapa.

Em última análise, colhemos os depoimentos, sistematizamos e os devolvemos aos grupos de operários. Poucas idéias de como foi feita a produção definitiva foram aproveitadas. Por esta razão os operários não perceberam, em grau suficiente, a forma de comunicação presente nos conjuntos de slides sobre a CLT. O que significa isto? Significa que em termos de formar operários para dar continuidade às propostas da educação popular, não alcançamos o que, pelo menos em tese, poderíamos ter alcançado com esta atividade.

A campanha eleitoral que se aproxima, significa para muitos educadores a oportunidade de aprofundar junto aos grupos, o significado político de sua participação. O objetivo destas entrevistas é oferecer aos leitores um quadro mínimo sobre as experiências e as propostas de alguns candidatos comprometidos com a causa popular. Os entrevistados são todos de São Paulo, pois por falta de tempo não pudemos estender as entrevistas a outros Estados, e o critério básico de escolha foi o conhecimento da contribuição e participação nos movimentos populares por parte destes candidatos.

Os entrevistados: SERGIO DOS SANTOS, candidato a deputado estadual, com trabalhos na Freguesia do Ô e MARCO AURELIO candidato a deputado estadual com grande atuação nos movimentos de loteamentos clandestinos.

As entrevistas seguem o seguinte roteiro apresentado por nós:

1. Situar sua experiência junto a movimentos de Base, destacando as experiências mais recentes.
2. Como se deu a decisão de sua candidatura.
3. Qual a importância da Campanha Eleitoral para os Trabalhos de organização das bases?
4. Qual o seu programa e a relação dele com as aspirações populares?
5. A relação entre Partido, Diretório, Organizações de Base.

1 - Estamos tentando nos organizar na região da Freguesia do Ó há uns dez anos. Começamos o trabalho organizando um Centro de Orientação do Trabalhador - COOPERA - que nos fins de semana atendia muitos trabalhadores que tinham problemas trabalhistas. Ao mesmo tempo eram criados grupos de teatros; grupos de compras comunitárias, mutirões (construção e reformas de casas) etc. Tivemos uma boa participação nas eleições de 1974, e com a grande vitória do M.D.B. foram abertas boas perspectivas para uma participação política mais ampla, uma vez que as teses da oposição levantadas no período eleitoral eram melhores assimiladas pelas populações em geral. Assim, em 1975 foi possível constituir o Diretório do M.D.B. da Freguesia do Ó. A organização do Diretório foi muito importante para ajudar na união de alguns trabalhos de base e isso resultou numa grande participação dos moradores nas eleições municipais de 1976. Naquele ano, elegemos o companheiro BENEDITO CINTRA, para o cargo de 1º suplente de vereador, com mais de 32 mil votos. Além do resultado final da Campanha, o importante foi a grande participação de do nas de casa, trabalhadores, jovens, estudantes em todo o processo eleitoral. Isso pode propiciar, depois da campanha, a formação da Comissão de Moradores da Freguesia do Ó; a Comissão de Atividades Culturais do M.D.B. da Freguesia do Ó, a formação de algumas Sociedades Amigos de Bairro, etc.

Quanto ao Movimento de Base a que se refere a pergunta é importante esclarecer que Movimento de Base é uma expressão que indica um jeito de atuar junto à população da periferia. A própria Igreja Católica adota esse termo quando incentiva a criação das comunidades eclesiais de base e é, inclusive, tema de conteúdo para as pastorais.

Na luta que travamos contra a opressão, dada a ausência de organismo legitimamente criado pelos trabalhadores, como um partido político; um sindicato livre, ou outra organização popular forte com capacidade de pressão, pela própria necessidade

de se resistir e poder avançar na direção da mudança substancial da sociedade, percebemos que um conjunto de forças organiza-se como pode, constituindo-se a meu ver, num movimento de base. Base, porque ele é constituído por pessoas que formam a parte principal da sociedade, que são os trabalhadores. E também porque ele é espontâneo sem ser espontaneísta, isto é, ele não surge do nada, não nasce do dia para a noite, por uma motivação milagrosa. É aí que também situaríamos a experiência do Diretório do M.D.B. da Freguesia do Ó.

Normalmente, os diretórios partidários só funcionam em épocas de eleições. Durante os períodos não eleitorais os diretórios, com raras exceções, não funcionam nem como base do partido. É até difícil localizar o presidente de um Diretório Distrital.

Tanto os militantes do M.D.B como os membros do Diretório de nossa região estão procurando colocar em prática o programa do partido aprovado em Convenção Nacional. É um programa bastante democrático e sua realização atende em boa parte, aos interesses populares. A organização do Diretório com a preocupação de exigir que o programa partidário fosse posto em prática, de saída, já obteve a adesão de muitos moradores na região e, em seguida, sua participação. É isso que precisa ser destacado. O Diretório passou a ser útil como instrumento político, como um meio que se tem para se organizar e brigar por muitas reivindicações como: água, asfalto, creches, etc., e um instrumento de luta e de reivindicação política como: anistia ampla geral e irrestrita; fim dos Atos e Leis de exceção; convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana, etc.

2 - Os moradores que participam de alguns trabalhos na região, e muitos que participaram da Campanha Eleitoral de 1976 perguntavam, insistentemente, se não teríamos candidato próprio para as eleições deste ano.

A opinião comum era a de que não podíamos truncar o grande interesse despertado em muitas pessoas de participarem das atividades políticas do Diretório do M.D.B. da Freguesia do Ó, principalmente a participação nas eleições.

Outra opinião predominante dizia que era importante lançarmos um candidato porque através de uma campanha eleitoral poderíamos motivar muitas pessoas a participar do nosso trabalho e ao mesmo tempo fortalecer as organizações existentes na região como: o Movimento do Custo de Vida; a Comissão de Moradores; as Comunidades; as Sociedades Amigos, etc. Além disso, com um candidato, poderíamos fazer uma ótima divulgação de idéias políticas.

Portanto, minha indicação surgiu no bojo das necessidades imediatas de um trabalho de base, mas está ligada às necessidades de mudanças profundas na estrutura econômica, social e política da sociedade brasileira atual em que tudo é proibido para a maioria.

Foi assim que, como canal apropriado, o Diretório escolheu cinco nomes que poderiam ser lançados como candidatos. Com os nomes escolhidos fizemos algumas consultas às pessoas representativas na região e o meu nome foi o mais cogitado. Depois disso, o Diretório convocou as pessoas que participam dos trabalhos, e a convenção depois de muitos debates, indicou-me como candidato a Deputado Estadual.

3 - A importância da Campanha Eleitoral reside no fato dela constituir-se numa rara oportunidade onde se pode fazer um amplo trabalho de divulgação de idéias políticas. Como não temos liberdades democráticas nem políticas, torna-se de fundamental importância fazer um bom aproveitamento do processo eleitoral para fazer avançar os trabalhos de base.

É verdade que em três ou quatro meses de participação numa campanha não se consegue nenhum enraizamento de trabalho popular, mas a agitação política combinada com o interesse e a motivação despertados ajudam muito na organização, evidentemente.

Inicialmente a elaboração do programa de campanha já vai fazendo todo mundo discutir os problemas sociais e políticos e as soluções que achamos melhores. Depois de feito o programa, realizamos caravanas, mutirões, debates políticos, e comícios, mesmo quando a polícia impede de realizá-los nos melhores lugares. Es

se clima propicia uma motivação especial para a participação. Tanto a organização como a educação não se dão do dia para a noite, e nem mesmo numa campanha. O importante é a divulgação das idéias políticas, das lutas, dos trabalhos, e a motivação e a participação ativa de muitas pessoas. O trabalho duro de organização e de enraizamento maior vem após as eleições, pois a campanha passa, mas as idéias e as pessoas ficam.

Para garantir o aproveitamento do saldo positivo após as eleições, estão sendo formados muitos sub-comitês de apoio. Eles funcionam como base da campanha na região. Após as eleições as pessoas, nem todas é claro, continuarão mobilizadas, e organizadas para continuar o trabalho, tanto político, quanto o reivindicatório.

O trabalho nunca para. O diretório do M.D.B. da Freguesia do Ô tem sua sede aberta o ano todo; tanto para suas atividades quanto para qualquer grupo que dela queira fazer uso. Além disso, dentro das possibilidades, o Diretório procura auxiliar todos os trabalhadores da região, buscando sempre ampliar a participação dos moradores porque sabemos que só uma ampla e efetiva participação popular é capaz de mudar os rumos do País.

4 - No lugar da política atual, em que tudo é proibido para a maioria, queremos uma política que dê toda a liberdade, e novos direitos a todos os brasileiros. Queremos leis que alterem o rumo da economia, que hoje só atende aos interesses dos estrangeiros e de um punhado de privilegiados; que garantam a terra para quem nela trabalha; que possibilitem uma justiça igual para todos, e impeçam os abusos contra as pessoas, especialmente contra a gente simples; que garantam sindicatos livres. Queremos todas essas leis escritas numa nova Constituição e respeitadas no dia a dia. Que elas sejam escolhidas por uma grande Assembléia Nacional de representantes eleitos pelo povo, livremente, depois de grandes discussões, em que todos tenham oportunidade de falar sem restrições. E que os eleitos não possam ser cassados. Que não haja mais opositores perseguidos, nem presos, nem expulsos de sua Pátria, nem sem direitos políticos.

Queremos enfim, que essa grande Assembléia Nacional Constituinte tenha plenos poderes para decidir, e abra caminho para uma nova era de progresso, de justiça, e de felicidade para nosso país e nosso povo.

Um deputado ligado a um trabalho de base deve combinar, como tem feito o companheiro BENEDITO CINTRA na Câmara Municipal de São Paulo, sua atividade parlamentar com sua atividade na base de trabalho que o elegeu. Para isso é necessário o bom funcionamento do Diretório, das Comunidades e das entidades de base, e da participação ativa dos moradores de toda a região. Isso sem contar com a participação de outros organismos de classe como os sindicatos, as associações profissionais, órgãos estudantis, etc.

O deputado depois de eleito deverá colocar, naturalmente, seu mandato a serviço dessas organizações populares para fazer avançar as lutas da população. Assim, deverá discutir o seu desempenho parlamentar com as bases, ouvindo-a, fazendo crítica e auto crítica e, dentro das possibilidades, participar também das lutas na base, como por exemplo: auxiliar a realização de assembleias populares; denunciar as arbitrariedades, as violências; servir como meio de informação para a base, etc.

5 - Como membro de um Partido como o MDB que comporta em suas fileiras os mais diferentes interesses, procuramos exigir, em primeiro lugar, o fiel cumprimento do Programa Partidário, bem como sua realização na prática. Procuramos acompanhar a atuação do Partido, levando para dentro dele as posições que consideramos as melhores e as mais avançadas.

A nossa participação interna no MDB, apesar das limitações, de uma certa forma tem nos ajudado a ganhar experiência em termos de militância partidária e isso tem sido muito útil em nossa organização política. É lógico que a estrutura partidária e a composição política do MDB deixa essa experiência muito aquém do desejável.

Quanto as outras atividades existentes na região, procuramos ajudar no seu desenvolvimento e nas suas lutas. O Diretório é respeitado porque ele se coloca como um instrumento político, que no momento torna-se fundamental onde atuamos. Não há, por enquanto, um canal mais combativo e organizado de maneira sólida que tenha um raio de ação como o Diretório. Estivemos até mesmo na Convenção Nacional do MDB, em Brasília, denunciando a impugnação de candidatos populares escolhidos por trabalhos de base.

As outras atividades são livres e autônomas, não obstante o contato que mantêm com o Diretório. Sempre procuramos auxiliar e unir as lutas, porém, sem encampar as iniciativas e os trabalhos existentes ou em formação. Ninguém é dono da verdade. Por isso procuramos defender sempre a bandeira da "união" de todos, pois só assim conseguiremos mudar os rumos do País e conquistar a democracia que é uma exigência de todos nós brasileiros.

1 - Creio que é melhor me deter no movimento com o qual estou mais envolvido nestes últimos dois anos. Falo do movimento de loteamentos clandestinos na zona sul de São Paulo.

Ele é fruto de uma contradição objetiva da sociedade capitalista que vivemos hoje e que se manifesta no contexto urbano através de dois agentes principais: os especuladores imobiliários e o Estado. Para ser sucinto, esse problema surge em decorrência da política Habitacional do Governo que através do BNH (que capta recursos do FGTS) repassa seus recursos para o financiamento de moradias de médio luxo ou de grandes obras urbanas (favorecendo a indústria de construção civil é claro) em detrimento dos objetivos a que se destinariam. Assim às camadas de baixa renda só resta comprar lotes em condições precárias e com isso acabam por desobrigar o Estado de seus encargos que fecha os olhos aos loteadores clandestinos.

O outro lado da moeda é a política salarial do Governo. É a extrema exploração que sofrem as classes trabalhadoras hoje no país. Creio que é desnecessário me alongar nesse aspecto, que faz com que esses trabalhadores não tenham condições de sobreviver decentemente, nem portanto, de adquirir um lote em condições regulares.

O movimento de loteamentos clandestinos nasce a partir dessa contradição que emerge aos olhos dos moradores quando eles descobrem que depois de todos os seus sacrifícios não são proprietários dos lotes que adquiriram (em desacordo com a legislação federal e do uso do solo). O mais grave é que por não serem registrados na prefeitura esses loteamentos não recebem benefício (água, esgoto, limpeza, iluminação, etc.) e ainda por cima recebem impostos com multa, isto é, os moradores desses loteamentos pagam multa de 200% pelo fato de comprarem loteamentos clandestinos. O que aflora de imediato à consciência dos moradores é que para efeito dos benefícios o loteamento não existe, mas para efeito de cobrança de impostos ele existe.

O movimento, propriamente dito, desses moradores de vários bairros nessas condições, nasceu a partir da necessidade que sentiram os moradores de alguns loteamentos de que era preciso deixar de lutar isoladamente, dar uma unidade aos seus trabalhos, tirar uma linha comum de atuação. A partir disso criou-se uma coordenação dos bairros que lutam contra esses problemas, para enfrentar os inimigos identificados: a prefeitura e as imobiliárias.

A meu ver, esse movimento é um passo muito importante no sentido de superar o localismo de grande parte dos trabalhos de bairro. O movimento tem para si, como tarefa principal não só conseguir as escrituras definitivas para os moradores, mas conscientizar quanto aos problemas mais gerais que causam esses problemas específicos e principalmente colocar a questão de que só se enfrenta o inimigo corretamente através da solidariedade, da união e primordialmente através da organização popular. Nisso consiste o processo de organização e mobilização desse movimento, no espaço de atuação aberto principalmente pela Igreja e com a colaboração do Centro Acadêmico XI de Agosto. Através da prática, do confronto com os principais agentes do problema se dá o crescimento da consciência do morador, bem como de sua capacidade organizativa.

A medida que o movimento cresce (hoje na zona sul são pelo menos 40 bairros) se colocam novos problemas para a direção ou rumo desse movimento, e um mínimo de resultados sempre são obtidos graças a esse processo de luta que o caracteriza, como a perda do individualismo (todos os bairros trabalham em comissões que se encarregam de mobilizar os moradores) e a consciência que adquirem na luta de seus direitos enquanto cidadãos. O "massacre de classes" do sistema em que vivemos é tanto que o fato do indivíduo de repente descobrir que tem direitos e mais que isso, que na sua condição encontram-se outros da mesma maneira, faz começar a emergir uma identificação de classe ainda que incipiente, que até então não existia na ampla maioria dos moradores. O fato é que o lema do movimento é mais ou menos esse: "só a pressão do

povo organizado consegue resolver os problemas". É claro que existe o risco desses movimentos se esvaziarem à medida que conseguem o objetivo imediato, mas essa é uma preocupação que aflora na consciência das lideranças dos bairros à medida que cresce e se descobre a luta conjunta. O principal é que esse movimento deixe um saldo positivo, que sirva de acúmulo de forças no sentido da construção de uma organização popular independente.

Minha participação nesse movimento foi no sentido de contribuir para imprimir um certo processo de luta a ele. Meu trabalho como advogado sempre foi feito no seguinte sentido: o problema jurídico contém por trás de si, algo que o controla e o limita, que é o problema político. Portanto, ao desmistificar as soluções jurídicas, aquelas que o advogado faz e acontece, sempre tenho deixado claro que a solução do problema dos moradores é política, que o advogado sozinho não consegue nada. Só o povo pressionando e tendo claro para onde se dirige é que consegue os objetivos. En fim, todo o processo de luta já relatado. O instrumental teórico específico foi posto à disposição e em função da organização popular. Creio, que minha principal contribuição foi sempre ter reforçado que o advogado orienta, mas quem decide são os moradores. Isso em função de minha posição de que é fundamental que a organização popular seja soberana e dirigida pelas próprias bases em função de suas necessidades e interesses.

2 - Minha candidatura foi levantada primeiramente por indicação do Diretório da Bela Vista do qual faço parte, que tem um trabalho de apoio aos movimentos populares. Do ponto de vista pessoal, o que mais me motivou foi o fato de que a campanha que fiz em 1976 quando fui candidato a vereador (embora não tenha sido eleito) foi fundamental para consolidação do meu trabalho nos movimentos de bases e permitiu inclusive o meu compromisso com o início do movimento de loteamento clandestino tal como é desenvolvido hoje. Essa discussão foi colocada na coordenação do movimento de loteamentos que após discussões considerou a importância de aproveitar o momento político das eleições para fazer avançar o movimento, sendo que

a minha candidatura desde que movida pelo mesmo tipo de visão que desenvolvo nesses trabalhos não colocaria em risco a organização do movimento, pelo contrário. A partir disso marcaram-se reuniões especificamente para discutir eleições e a minha candidatura. Isso independente das reuniões de loteamentos pois não caberia desviar e parar todo o processo só para discutir o candidato, isso sim, seria um desvio e um risco. Mas a orientação que me pareceu correta, é que a forma concreta de participação das bases no processo é que cada bairro tem marcado reuniões em que compareço para discutir algo que acho fundamental para o movimento: a questão política.

E dessa forma todos participarão também da construção do meu programa definitivo de candidato, através do levantamento dos problemas pertinentes aos moradores e trabalhadores juntamente com o aprofundamento da questão do regime que vivemos que assegura as péssimas condições de vida e trabalho dos moradores da periferia. O fundamental disso é aprofundar a visão e a discussão política dos moradores, colocando a questão do poder. Quanto aos comitês de apoio que se formarão a partir dessas bases, serão núcleos de discussão política que deverão continuar. Inclusive a propaganda eleitoral deve fazer avançar o nível de consciência política através da sistematização dos problemas vivenciados pelos moradores.

Para mim é fundamental que a política deixe de ser privilégio das elites, que ela passe a ser assumida por todos os elementos da sociedade, principalmente os setores que hoje começam a se organizar. É um absurdo, manter os movimentos populares fazendo sua política no sentido restrito, sem criar condições para que o povo possa emergir no cenário político como força social independente. Aqueles que não exercem isso pretendem a meu ver, "tutelar eternamente as massas". É preciso mesmo nas condições limitadas de representação popular hoje, apontar para a questão da organização popular nos seguintes termos: para que a classe trabalhadora surja como força política independente, é preciso que ela construa no processo sua expressão política também independente.

Mas afinal, queremos mudar essa situação, mudar esse tipo de do minação para colocar o que no lugar? Basta colocar essa questão de uma forma clara, para que o povo avance na discussão e comece a aventar a perspectiva de que é preciso pensar numa alterna tiva de poder popular. É nesse sentido de reflexão que a minha candidatura se insere, ela não é resposta, nem a alternativa, mas sim um instrumento diante da limitação do parlamento. Forçar esses limites, ocupar as brechas e o primeiro passo é esse: candidaturas populares. Candidaturas essas que se proponham a servir de instrumento para a organização popular e que coloquem a todo momento que a democracia não é um sonho e sim uma luta. Que coloquem que a partir dessas limitações é que se constrói na prática e que se cresce a partir dessa conjuntura, que aponta para o avanço e generalização das lutas populares.

Creio que essa é a representatividade possível; jamais iludir que é desse parlamento que partirão as grandes mudanças, mas sim dos bairros, das fábricas, etc., que deverão irradiar a ação política de caráter transformador. Não se trata, no entanto, de negar a realidade, há que superá-la na luta.

3 - Parte dessa questão já respondi acima, mas retomando, a cam panha eleitoral é um momento importante da educação popular por que coloca a educação política como fundamental para o trabalho de bairro (não só dele evidentemente). Porque é preciso que a e ducação política se realize em meio à prática concreta de orga- nização e mobilização popular. Organização e mobilização das massas e educação política, principalmente das lideranças, for- mam um todo que não pode ser separado, cujo objetivo é fazer com que a população local assuma sua própria luta.

As eleições estão aí, e é em meio ao processo real que se colo- cam as discussões. Portanto, não serão elas nem deslocadas nem abstratas. É preciso restaurar na prática a unidade entre o agir e o pensar, tarefa da educação popular. Não colocar questões des- locadas da vinculação das lutas específicas locais à política,

tendo sempre por base as condições objetivas de existência. Nesse processo é que se levantam denúncias contra o regime, a repressão (a partir da violência cotidiana!), a ausência das liberdades mais elementares como as de organização e expressão. Isso só pode reforçar a organização popular.

Quero dizer com isso que nem o populismo que se abstém de colocar questões políticas (pois se esquecem do papel da ideologia dominante aí, por exemplo), nem o vanguardismo que as coloca deslocadas, são alternativas de organização popular.

Levantando sempre esses problemas creio que a campanha eleitoral que assumo não leva à massificação pois diferencia o candidato das promessas tradicionais; dos candidatos que têm além de propostas políticas uma prática de servir de instrumento, não apenas no parlamento, mas principalmente nos locais de moradia e trabalho da população. Não é o candidato quem defende os interesses dos moradores, aquele a quem se delega o poder, mas aquele que se coloque à disposição dos movimentos e da organização popular, essa sim representante de seus reais interesses. As decisões se dão fora do parlamento, na verdade são apenas encaminhadas também através dele. É importante colocar o parlamento como secundário, porém necessário, nesse contexto.

4 - Não vou me estender a ponto por ponto do programa, mas já dei claro qual a ligação que deve ser feita com os problemas imediatos da população, nas questões anteriores. Repito que é preciso aprofundar a consciência de negação do estado de coisas vigente, para um salto qualitativo qual seja, para a consciência de necessidade de superação da situação em que vivemos. Qual a saída política? Propor o fim do regime militar por que meios? Através da formação de uma frente popular que descarte as saídas elitistas, para colocar o que no lugar? Evidentemente, um governo onde o povo não apenas eleja seu representante, mas participe ativamente do exercício do poder. Parece que simplifiquei demasiadamente a proposta, mas no caso, são as pistas que se vão colocando a partir do aprofundamento e mais que isso para dar uma forma política às aspirações democráticas da maioria da população. Para garantir

a minha vinculação com o trabalho de base mesmo se eleito, está o compromisso que já assumi na prática e evidentemente já deixei claro que o parlamento deve manter uma vinculação orgânica com os movimentos populares. Neste parlamento não se pode fazer muito (além de neste momento propor uma frente popular eleitoral) para aprofundar dessa forma a crise que vivemos. Deve-se utilizar o parlamento como tribuna de denúncia disso tudo que temos nos batido na prática e colocar o mandato a serviço da organização popular. O parlamento pode servir também, como instrumento de unificação de vários trabalhos de base, como ponto de contato e ligação política.

5 - Evidentemente todos conhecem o MDB, principalmente o povo, que em 1974 votou maciçamente nele não porque acreditasse no MDB como seu representante, mas usou do próprio instrumento do poder para impor-lhe uma derrota. Isso se constituiu num imenso fato político, que teve consequências desestabilizadoras para o atual governo. Não obstante existe, muito a partir da crise que se instaurou no seio da classe dominante, um espaço que é preciso ocupar também dentro do MDB. Existem candidatos combativos no MDB. É preciso, portanto, aglutiná-los em torno de propostas políticas comuns. Os entraves dentro do MDB, também todos conhecem, principalmente os criados pela própria cúpula. Mas o programa do MDB é bastante avançado, propõe até o fim da exploração. Trata-se de dar vista às propostas consequentes. Mas não para puxar a oposição popular para dentro do MDB, mas para que ele seja na medida do possível (ou melhor, seus elementos combativos até sua extinção) um elemento a mais no fortalecimento da oposição popular.

É importante entender o significado do que é ser de oposição nessa conjuntura. Isso não se limita de modo algum à oposição partidária. Se o objetivo é colocar a oposição popular no centro da cena política, ela pode aprofundar nesse momento a luta por liberdades democráticas, pelo fim do regime repressivo e pela organização popular. Assumindo na prática essas bandeiras de luta, os setores mais combativos de oposição dentro e fora

do MDB, através de uma frente popular, estarão assumindo a forma mais consequente de se lutar pelo nosso objetivo estratégico de transformação qualitativa da sociedade. Criando, assim condições para que assuma o comando desta transformação, aqueles que têm condições de realizá-la até as últimas consequências: os trabalhadores.

Quanto a questão dos diretórios, posso me pronunciar no caso do diretório do MDB da Bela Vista do qual participo (é evidente também, que são inúmeros os "diretórios pelegos"). Ele foi um espaço político conquistado dentro do MDB pelas pessoas que se propunham a uma atuação política mais comprometida com a oposição popular. E tem-se caracterizado como tal em toda sua atuação desde que foi criado numa época e numa situação não muito propícia para quem se propunha a atuar politicamente. O Diretório da Bela Vista tem servido como instrumento de participação política, tem garantido um espaço efetivo não só em função da atuação partidária mas também tem participado de vários movimentos de base através de alguns de seus elementos. Em determinados momentos tem o espaço físico inclusive para a unidade entre trabalhos de base que se realizam fora dele. Nesse sentido tem dado uma contribuição para os movimentos populares, e incentivado suas lutas sem vinculá-los ao MDB. Contribuiu para que o MDB através de seus elementos mais combativos tome a organização popular como base de sua atuação, seja através de denúncia, seja através de participação ativa nesse movimento.

*Osmar Fãvero \**

retrospectiva sobre a educação de base no Brasil, através de campanhas e movimentos nacionais, organizados no período 1945-65, visando explicitar os conceitos fundamentais de educação com que trabalharam.

### INTRODUÇÃO

Esta retrospectiva pretende contribuir para um melhor entendimento das experiências de educação popular realizadas no Brasil. Visamos explicitar os conceitos de educação utilizados pelas campanhas e movimentos que propunham uma ação educativa de base com as camadas populares, principalmente rurais. Embora reconhecendo que a prática da educação popular no Brasil tenha uma longa história, trabalharemos apenas com o período 1945-65, porque encontramos nele amplas mobilizações nacionais, cujos programas são fundamentais para nosso objetivo. Estudaremos especificamente três experiências: a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA, 1947-54), a Campanha de Educação Rural (1952-59) e a primeira fase do Movimento de Educação de Base (MEB, 1961-65).

É normalmente aceito que a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1945, viabilizou a expansão do ensino público, em termos de maiores oportunidades educacionais, tanto para a população em idade escolar, no ensino primário, quanto para adolescentes e adultos analfabetos, através do ensino supletivo. Essa impropriamente chamada "democratização do ensino" coincide, no Brasil, com a aceleração do processo de industrialização, com a ocorrência das grandes migrações no sentido do nor-

---

\* preparada em dezembro de 1977 para a pesquisa sobre educação participativa da Fase.

te e do nordeste para o sul e com a abertura política após a queda do Estado Novo. Ocorre, por outro lado, no contexto da "guerra fria" quando os países desenvolvidos, principalmente do Atlântico Norte e particularmente os Estados Unidos da América, para o caso brasileiro, intensificam a colaboração com os governos dos países subdesenvolvidos, numa ação de apoio e também de orientação ao seu "desenvolvimento". Para nosso estudo é importante assinalar ainda, nesse contexto, a criação da UNESCO, em 1947, organismo das Nações Unidas dedicado à educação e à cultura.

Por outro lado, 1965 foi tomado como limite superior porque o MEB, única experiência mantida após os acontecimentos políticos de 1964, sustentou até este ano sua proposta ampla, exatamente até o final do primeiro convênio assinado entre o Ministério de Educação e Cultura e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Enquanto bibliografia, apoiamos-nos: a) em livros e documentos editados pela UNESCO, na época; b) em relatórios e publicações dos próprios programas; c) nos livros de Celso de Rui BEISIEGEL, Estado e Educação Popular (1) (Pioneira: São Paulo, 1974) e Vanilda Pereira PAIVA, Educação Popular e Educação de Adultos no Brasil (Loyola: São Paulo, 1973); d) no ensaio de Carlos Rodrigues BRANDÃO, Da educação fundamental ao fundamental na educação, publicado em Proposta (Suplemento 1, setembro de 1977). De certa forma, este último texto percorre, de forma abstrata, todo o caminho que percorremos neste artigo. Procuramos concretizar algumas proposições de BRANDÃO, em termos de Brasil. Isto se constitui, de um lado, numa complementação do referido texto e, de outro, talvez consiga a superação de algumas deficiências do mesmo apontadas pelo próprio BRANDÃO(p.28):

---

(1) Embora o texto de BEISIEGEL refira-se explicitamente ao Estado de São Paulo, podemos assumi-lo, para os fins a que nos propomos, como válido para todo o Brasil, nos exatos termos da liderança que São Paulo (e também o Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal) exerceu na educação brasileira, inclusive como referência para a elaboração de doutrinas e experiências educacionais.

" Finalmente, posso ter sugerido ao leitor um conjunto de modos de ação pedagógica desvestidos de sua história e de seus exemplos".

Pretendemos trazer à luz desses exemplos, mais ou menos na linha adotada por Aída BEZERRA na elaboração da "história" das atividades educativas das obras sociais, da extensão rural e do desenvolvimento comunitário (2).

Ao final, retomamos algumas colocações mais gerais em torno do significado último das práticas de educação popular, como questionamento para que a discussão sobre o sentido das intervenções educativas em meios populares seja colocada exatamente onde essas intervenções assumem todo seu significado, ou seja: ao nível da prática política, em relação à qual a prática política é uma mediação.

## 1. AS PROPOSTAS DA UNESCO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE BASE

Desde sua criação, em novembro de 1947, a UNESCO estimulou a realização de programas nacionais de educação de adultos. Como nos diz Celso BEISIEGEL (1947:81):

*" Na atmosfera ideológica peculiar dos primeiros tempos do após-guerra, os imperativos então prevalentes, de paz e justiça social, encontravam seus corolários educacionais no apelo à difusão de conhecimentos e atitudes favoráveis à elevação das condições de vida das regiões "atrasadas" e ao desenvolvimento de maior compreensão entre os povos de culturas diversas".*

Nessas regiões "atrasadas", tanto as dificuldades de organização da família quanto as deficiências dos serviços comunitários em geral, quando existentes, dificultavam ou mesmo impediam que as populações pobres adquirissem o mínimo de conhecimentos, de hábitos e de atitudes que lhes permitissem caminhar na direção de, como diz BEISIEGEL (1974:81):

*" ...uma vida mais plena e mais feliz, assim como desenvolver os melhores elementos de sua cultura nacional e facilitar o acesso a um nível econômico e social superior que inclusive mude seu papel no mundo moderno..."*

---

(2) Cf. Aída BEZERRA, "As atividades em educação popular", publicado em CEI - Suplemento nº 17, abril 77, p. 35-56.

Nesse contexto, a educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta também as necessidades e os problemas da coletividade, assim como promovendo a busca de soluções para esses problemas, através de métodos ativos.

Definindo como objeto da educação de base o conjunto das atividades humanas, e recomendando que cada programa em particular deveria ser elaborado a partir das necessidades e problemas mais prementes da coletividade interessada ou a ser motivada, a UNESCO abria um imenso leque de conteúdos visando à formação de atitudes e à transmissão de conhecimentos (UNESCO, 1949:11-2, na tradução de BEISIEGEL, 1974:81-2):

" 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular); 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico); 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos); 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios; 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva; 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos); 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos); 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam; 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes; 10) desenvolvimento moral e espiritual; fê nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias".

É conveniente anotar que, de acordo com a UNESCO, todo programa de educação de base teria como ideal o ensino primário universal, gratuito e obrigatório para as crianças. Sublinhava-se o estreito relacionamento entre a educação das crianças e a educação dos adultos, assim como se recomendava que onde existissem verdadeiras escolas, o programa de educação de base podia dirigir-se inicialmente aos adultos, sob forma simples e prática (UNESCO, 1949:14).

Há dois pontos a destacar, ainda. O primeiro diz respeito aos conceitos de evolução e progresso. Os textos não elaboram sobre situações concretas, mas sobre um ideário - na linha do "otimismo pedagógico" (na denominação de Jorge Nagle, largamente utilizada por Vanilda Paiva). Tudo se passaria como se a melhoria do nível de vida de uma população estivesse na estrita dependência e na relação direta do esforço de superação dos problemas locais, a partir da tomada de consciência desses problemas e de ações concretas no sentido de, por exemplo: a) evitar as enfermidades endêmicas, através de campanhas de higiene coletiva, na qual a educação sanitária seria correlata ao atendimento médico e ao saneamento básico; b) ajudar a erradicar o desperdício dos recursos naturais gerado pela prática de técnicas agrícolas depredatórias, c) adquirir hábitos de leitura, escrita e cálculo, ou d) utilizar melhor as oportunidade de lazer.

Explicitando a relação estreita entre a educação de base e o nível de vida das populações, a UNESCO, assumia um conceito essencialmente parcializante de desenvolvimento e uma visão ahistórica e superficial da realidade. Para Jaime ABREU (1963:7), é típico dessa visão.

*"...acentuar hipertrofiadamente um problema específico como se fora supremo, seja ele saúde, educação, estradas, analfabetismo, de acordo com arbítrios subjetivos, desligados do caráter configurador da categoria de totalidade".*

O segundo ponto que merece destaque é quase uma decorrência deste. Embora a UNESCO insista em que a alfabetização é apenas um dos conteúdos da educação de base (mas colocando-o, na prática, invariavelmente em primeiro lugar...), a constatação dos altíssimos índices de analfabetismo entre as populações adultas das regiões ditas "atrasadas" e a correlação mais ou menos evidente estabelecida, na década de 50 e fortemente nos primeiros anos de 60, entre o analfabetismo e o grau de desenvolvimento econômico, medido pela renda "per capita" passaram a apontar o analfabetismo como a expressão mais aguda do atraso educacional das comunidades. Um mal que deveria ser extirpado, fazendo para isso uma mobilização nacional. Como nos faz ver Celso BEISIEGEL (1974:82-3):

" Da insistência inicial em torno da necessidade de implantação da 'educação fundamental' para todos, crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos, os interesses da organização (UNESCO) se deslocam, rapidamente, para a educação de adultos analfabetos - aliás, a temática que mais sensibilizava os governos dos países membros com elevadas taxas de analfabetismo. O analfabetismo entre as populações adultas, um fenômeno que inicialmente se entendia como expressão de uma situação de atraso educacional, passa, cada vez mais, a apresentar-se como uma deficiência a ser eliminada".

É dessa perspectiva que vamos situar, no caso brasileiro, as duas maiores campanhas de educação de adultos na década de 50: a CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (Analfabetos) e a CNER - Campanha Nacional de Educação Rural, assim como o MEB - Movimento de Educação de Base, em seu primeiro período de atuação, entre 1961 e 1965.

## 2. A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

A CEAA é consequência direta da criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1945, e da elaboração do Plano de Ensino Supletivo para Adolescentes e Adultos Analfabetos, aprovado pelo Ministério de Educação e Saúde para 1947. A Campanha compreendia uma série de medidas para a execução desse plano: instalação do Serviço Nacional de Educação de Adultos, no Departamento Nacional de Educação do M.E.S.; elaboração e aprovação de planos anuais subsequentes de Ensino Supletivo; preparação e distribuição de cartilhas e textos de leituras para adultos; mobilização da opinião pública em favor da educação de adultos e busca de integração, por parte do Governo Federal, das atividades dessa área de ensino que vinham sendo realizadas nos Estados.

Pode-se distinguir duas etapas distintas na CEAA: a) de 1947-50, na qual são realizadas as maiores conquistas, na gestão de Lourenço Filho; b) de 1950-54, quando ainda manteve-se o impulso do período anterior. Segundo BEISIEGEL (1974:90), a partir de 1954, a CEAA praticamente encerrou sua existência oficial. Os Serviços de Educação de Adultos, no entanto, nacional e estaduais,

mantiveram em funcionamento a rede de ensino supletivo implantada, acredita-se que até o início das últimas grandes reformas de ensino.

A Campanha justificava sua ação pelo "poder" da educação na construção da sociedade desejada para o Brasil na época, profundamente influenciada pelas idéias de funcionamento da democracia liberal (e não raro também pelas idéias de combate às ideologias contrárias). Seus objetivos políticos, no entanto, estavam mais próximos: a ampliação das bases eleitorais (PAIVA, 1973:182-3), o que explica imediatamente as metas basicamente quantitativas dos planos elaborados para o ensino supletivo e a insistência na diminuição das taxas de analfabetismo, bastante altas no período. Segundo BEISIEGEL (1974:92), decorre da criação da Campanha outro fato importante:

*" A unidade de referência para distribuição de recursos foi deslocada do Estado ou Território para seus respectivos Municípios impossibilitando, dessa maneira, a concentração das escolas nas áreas mais densamente urbanizadas e determinando, conseqüentemente, uma ampla disseminação das novas classes de ensino supletivo por todas as regiões do país".*

É nesse sentido que se afirma que a orientação da CEAA é fortemente "ruralista", embora mais ligada à modificação do equilíbrio eleitoral do interior e menos ao "combate à migração ou à adequação do ensino às condições da vida rural, como proclamava (PAIVA, 1973:182-3).

Enquanto conteúdo específico de sua ação pedagógica, encontramos em Lourenço FILHO, em 1948 (citado por BEISIEGEL, 1974:93):

*" No caso do Brasil, atribua-se ao ensino supletivo o esforço de fornecer a todos a educação de base ou educação fundamental", entendendo-se por educação de base o processo educativo dedicado a proporcionar a cada indivíduo "os instrumentos indispensáveis da cultura de seu tempo, em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura - como a escrita, a leitura, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo e de higiene e com as quais, segundo suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor a justamento social".*

Essa proposta situa-se precisamente no quadro da forte influência das idéias da democracia liberal. Nos termos em que está

formulada, ignora o conflito de classes na sociedade capitalista e faz crer que a ação pedagógica atinge de maneira única todas as classes e todas as pessoas. Por outro lado, o conteúdo proposto para o supletivo era exatamente o que deveria ser fornecido pelo ensino primário regular. As escolas de ensino supletivo, para adolescente e adultos, normalmente noturnas, forneceriam a educação "de base" das escolas primárias, adaptado para sua clientela. O mesmo Lourenço FILHO justifica isso, em 1949 (ainda segundo BEISIEGEL, 1974:93):

*" Qualquer esforço de educação de adultos haveria de começar por este aspecto: o de fornecer educação de base a todos quantos não a tivessem obtido nas idades próprias".*

Mas a educação deveria, ainda na opinião de Lourenço FILHO, começar pela alfabetização - entendida como a transmissão de técnicas de ler e escrever -, qualquer que fosse a idade da clientela a atingir. Seguir-se-ia após o reforço dos hábitos de boa leitura e da reflexão sobre ela ao mesmo tempo em que se introduziriam as noções dos valores sociais, cívicos e morais e o desenvolvimento do sentido de melhor ajustamento social (BEISIEGEL, 1974:94). Depreende-se também do "discurso" oficial da Campanha, que o analfabeto era considerado um "marginalizado social" e o analfabetismo, causa do subdesenvolvimento. Mas a própria prática educativa da CEAA, obrigando-a a entrar em contacto direto com a realidade, encarregou-se de mostrar aos seus responsáveis, técnicos e dirigentes, que nem o analfabeto era um incapaz, nem o analfabetismo a causa do subdesenvolvimento; a alfabetização, portanto, não era a solução.

O fato dos objetivos da Campanha estarem fortemente centrados na alfabetização fez dela o primeiro grande movimento oficial de alfabetização de massa no Brasil. Mas sua ação extensiva tornou-a bastante vulnerável; chegou mesmo a ser acusada de "fábrica de eleitores". Impossibilitada de passar à ação intensiva e de profundidade, que requeria vultosos recursos e outros métodos, a CEAA entra em declínio a partir de 54, praticamente substituída pela Campanha Nacional de Educação Rural. Ao mesmo tempo, reafirma-se, no Brasil, o costume de substituir uma campanha por outra.

### 3. A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

A CNER nasceu em 1952, ligada inicialmente à CEAA. Foi fruto remoto do Seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Brasil em 1949 sob patrocínio da UNESCO e da OEA, que gerou a experiência inicial de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro. É fruto próximo de uma série de reuniões realizadas no Ministério de Educação e Saúde, reunindo especialistas de várias áreas profissionais, no início de 1951, com o objetivo de debater o problema das populações rurais e fazer um balanço do que estava sendo feito nesse setor.

De acordo com a justificativa de criação da Campanha (ROMERO, 1952) essas reuniões concluíram que a infecundidade dos processos administrativos tradicionais na luta contra o problema rural resultava, em primeiro lugar, de um conhecimento imperfeito das condições sociais e culturais em que vivia a população do campo. Em segundo, da fragmentação da abordagem do problema e das soluções propostas, incumbindo-se cada entidade de um aspecto parcial, seja saúde, economia ou ensino. Por outro lado, constatando que se estava diante de uma situação típica de "mudança cultural", recomendaram as conclusões das reuniões referidas uma ação profunda e total sobre as comunidades rurais, inclusive unindo a educação fundamental às indispensáveis reformas da estrutura agrária. Para isso, segundo ROMERO (1952):

*"...impunha-se um trabalho dinâmico de recuperação total do homem rural, em seu 'habitat', através da educação. Adotava-se de partida o princípio de desenvolvimento de comunidades, pelo qual torna-se necessário estimular a participação ativa do povo na grande tarefa da auto-educação".*

Embora a Campanha se designasse de educação rural, justificando essa designação por ser mais compreensível para o homem do interior que educação de base, sua finalidade principal era levar a educação de base ao meio rural brasileiro, pois, conforme ROMERO (1952):

*"Já não se trata mais de alfabetizar em massa, construir escolas, espalhar postos de saúde e sim substituir uma cultura por outra mais adequada às condições atuais do mundo. É enfim*

fazer o que se está se realizando em toda parte sob o nome 'Educação de Base'. Só esse tipo de educação será capaz de preparar o caminho à reforma de estrutura de que o nosso meio rural tanto necessita".

As expressões utilizadas por ROMERO revelam a posição ideológica dualista de considerar o campo como tradicional e atrasado e a cidade como moderna e avançada. Por outro lado, a forte influência dos países do Atlântico Norte na composição da UNESCO, merece destaque o fato da CNER ter adotado também ela a definição de educação de base dada por esse organismo. Pode-se ler em seu Regulamento (1953):

" Entende-se por educação de base ou educação fundamental o mínimo de educação geral que tem por objeto ajudar as crianças os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma idéia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem. Essa educação é chamada Educação de Base porque se destina a proporcionar aos indivíduos e às comunidades o mínimo de conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, e porque, sem ela, as atividades dos serviços especializados (médicos, sociais, agrícolas) não seriam plenamente eficazes".

Do mesmo Regulamento (1953) retiramos os objetivos da CNER:

- a) investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo;
- b) preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base ou Fundamental;
- c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural, e que visam o bem comum;
- d) concorrer para a elevação dos níveis econômicos das populações rurais por meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho;
- e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais;
- f) oferecer orientação técnica e prestar auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas nos objetivos e finalidades da CNER".

A Campanha, embora agindo em todo o país, procurava atingir em amplitude e profundidade os agricultores de uma área delimitada, conjugando esforços de diversas entidades para uma atuação simul

tânea e coordenada. Seus meios de ação, de certa forma inovadores no período, eram basicamente: os centros de treinamento de líderes rurais, os centros sociais rurais, as missões rurais e as semanas educativas.

Os Centros de Treinamento de Líderes Rurais eram de dois tipos: a) centros de educação de base, destinados a formar líderes do mais alto padrão - diretores de projetos da CNER, técnicos responsáveis pelas diversas frentes de trabalho etc.; b) centros de aperfeiçoamento de professoras rurais, auxiliares rurais (na linha das assistentes sociais) e auxiliares de enfermagem. Os centros mais fortes, segundo os relatórios, eram aqueles nos quais se desenvolviam os cursos de aperfeiçoamento do professores, cuja matriz era a Fazenda do Rosário, em Minas, sob a orientação da Profa. Helena Antipoff.

Ainda do exame dos relatórios, na parte referente aos centros, destacamos três pontos: a) o regime de cooperação em que funcionam muitos dos cursos de treinamento e b) a intenção de formar líderes polivalentes (exatamente como a professora rural primária) e equipes integradas de vários profissionais; e ainda c) a importância de Minas como fonte de várias experiências e articulações. Lembramos também que se iniciaram em Minas, nessa mesma época, as atividades de extensão rural ( Cf.BEZERRA; 1977:42).

As Missões Rurais, inspiradas na experiência mexicana eram ditas móveis e flexíveis, trabalhando com uma equipe pequena (basicamente um médico, de preferência sanitarista, um agrônomo, uma assistente social e uma educadora, aos quais se agregavam uma enfermeira, um técnico-agrícola e uma agente doméstica e outros profissionais, conforme o projeto. As técnicas principais utilizadas eram: organização de comunidades, serviço social de grupo, educação sanitária e extensão agrícola. Como fator de enriquecimento dessas técnicas, as missões utilizavam diversos recursos audiovisuais, quer na missão "fixa", quer na denominada "missão cinematográfica", ou periódica, de curta duração. Mas os próprios relatórios oficiais registram, quanto aos recursos audiovisuais (ROMERO, 1952):

" O material até agora empregado é de procedência estrangeira e deixa muito a desejar. Exige do comentador grande esforço para adaptá-lo ao meio brasileiro, esforço esse muitas vezes improfícuo".

O que vale uma observação: o auxílio estrangeiro, principalmente americano, em muitas oportunidades e de diversas formas, sempre insistiu - e insiste até hoje - na aquisição de equipamentos e na utilização dos recursos audiovisuais - hoje tecnológicos -, no caso da educação. E parece caber também para a CNER a análise feita por Aída BEZERRA para o caso da extensão rural: a prática educativa era fundamentalmente de divulgação da mensagem, de vulgarização de experiências. Interessa mais o como transmitir, do que o quê transmitir, pois o conteúdo já estava praticamente pronto, estabelecido.

Voltando às missões rurais fixas, vale destacar o relatório de ROMERO (1952):

" ...a missão (fixa) não se limita a agir, como as técnicas assistenciais comuns, sobre indivíduos. As missões da CNER procuram atingir as instituições, formar líderes aptos a dirigi-las e criar o espírito de grupo que é a base do senso comunitário. Dessa forma, sua ação se multiplica através da escola, dos clubes agrícolas, dos clubes femininos, da igreja, das associações recreativas e de classe. Não se limita a descobrir líderes, mas também os forma através de cursos práticos e intensivos. Seu alvo é a integração do indivíduo nas instituições e a integração das instituições na comunidade".

Os outros meios empregados, em geral menos citados, também merecem ser pelo menos referidos. Assim, os centros sociais rurais, segundo os relatórios (ROMERO, 1952) procuravam transformar os centros sociais existentes, de caráter geralmente assistencialista, em centros comunitários.

" ...isto é, em centros de estudo e trabalho educativo visando principalmente os adultos. A CNER realiza este projeto instalando nesses centros (existentes) cursos intensivos de puericultura, de corte e costura, de alfabetização, grupos de canto orfeônico, etc., procurando fazer com que as populações rurais participem, no máximo, de seu controle e direção".

Finalmente, utilizando mais uma vez as palavras oficiais (ROMERO, 1952):

" As semanas educativas se destinam a um tipo especial de líder ou procuram criar um clima de valorização da educação na elite

*de uma determinada comunidade. Durante uma semana os líderes se reúnem para ouvir conferências, ver e discutir filmes educativos ou tomar parte em debates e mesas redondas sobre problemas que lhes dizem respeito, tais como reforma agrária, escola rural, crédito agrícola, seguro agrário, cooperativismo, etc."*

Surgindo como instrumento para atingir em profundidade algumas áreas rurais determinadas (municípios), por meio de uma ação integrada com as populações locais (comunidades), dita pelo menos inicialmente de educação de base, a CNER veio a caracterizar-se, nos anos de maior vigor de sua ação (1952-56) como uma das instituições introdutoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro, na década de 50. É interessante marcar, todavia, como o faz Vanilda P. PAIVA (1973: 200) que, independente da avaliação dos resultados da Campanha,

*"...sua influência se fez sentir de modo marcante sobre a estratégia adotada para grande parte da educação de base no meio rural brasileiro".*

Evidentemente que não lhe cabem os "méritos" de todas as influências, mas encontramos sua linha de ação junto às comunidades em outras instituições posteriores a ela, por exemplo no SAR - Serviço de Assistência Rural, do Rio Grande do Norte, que vamos encontrar nas raízes do MEB, na criação do Serviço Social Rural, a quem caberia "a árdua e difícil tarefa de procurar desenvolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras" (PAIVA, 1973-200) (3). Lembramos, no entanto, que essa orientação surgiu em um determinado momento, exatamente na década de 50, juntamente com a já lembrada Extensão Rural e com ações em outras áreas do social. Por exemplo, são também dessa época duas grandes campanhas do Ministério da Saúde, recém criado; realizadas respectivamente pelo DNCr - Departamento Nacional da Criança e pelo DNRu - Departamento Nacional de Endemias Rurais, que talvez merecessem um estudo específico.

---

(3) Para uma informação sobre o SAR e toda obra social da Diocese de Natal, inclusive o MEB/Natal, a melhor leitura é certamente o relatório da pesquisa de Pe. Alceu FERRARI: Igreja e desenvolvimento - o movimento de Natal (Fundação José Augusto: Natal, 1968).

#### 4. O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Como não estamos fazendo uma história dos movimentos de educação de base no Brasil, mas apenas situando-os historicamente a fim de entender sua definição e seus conceitos básicos e sua metodologia de trabalho, e como a experiência do MEB está mais próxima e de certa forma mais analisada que de outros movimentos, (4) seremos mais breves nessa parte. Mas insistimos: não por ser o MEB menos importante; bem pelo contrário.

Inicialmente, é preciso lembrar que o MEB foi, desde o início, uma forma de colaboração da Igreja com o Estado. Em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil colocou à disposição do Governo Federal a sua rede de emissoras, coordenadas pela RENEK - Representação Nacional das Emissoras Católicas, para a execução de amplo programa de educação de base através de escolas radiofônicas, com apoio financeiro do Ministério de Educação e Cultura. Como já se tem insistido bastante, as escolas radiofônicas brasileiras foram inspiradas principalmente no trabalho desenvolvido na Colômbia pela Ação Cultural Popular, e as experiências básicas foram as de Natal e Aracaju. O que não se tem dito, no entanto, é que, em Natal, as escolas radiofônicas eram um dos setores de uma obra social ampla da Diocese, o SAR - Serviço de Assistência Rural, um dos movimentos particulares mais prestigiados pela CNER, assumindo também ele uma perspectiva de desenvolvimento comunitário. E, segundo, que existiam outras Dioceses brasileiras com grande número de escolas radiofônicas (por exemplo: Crato e Limoeiro, no Ceará; Bragança, no Pará, Pato Branco, no Paraná) ligadas ao SIRENA - Serviço Radio educativo nacional, iniciado pelo MEC em 1958 com o objetivo de "influir na elevação social do povo, robustecer a Campanha de Educação de Adultos e colaborar, com todos os seus recursos, na mobilização nacional contra o analfabetismo".

Não é demais lembrar, também, que o MEB nasceu exatamente na fase de euforia do desenvolvimentismo brasileiro, e que a Igreja,

---

(4) Por exemplo, no artigo de PEIXOTO publicado em Proposta nº3 e especialmente no texto de BRANDÃO já referido.

no período havia tomado a iniciativa de promover várias reuniões do Episcopado do Nordeste com órgãos técnicos governamentais, onde foram discutidos problemas e soluções que geraram, num primeiro momento, um organismo de representação da Igreja junto ao Governo, encarregado de acompanhar e colaborar na co ordenação dos projetos decorrentes desses "Encontros do Nordeste". Num segundo momento, essas reuniões estão nas origens tanto da nova dimensão da pastoral social da Igreja, nos anos 60, e, para alguns na origem da própria SUDENE.

Mas, a bem da verdade, é preciso dizer também que a proposta inicial do MEB - frente à posição mais avançada de alguns setores da Igreja, principalmente da Ação Católica e particularmente da JUC a partir de 1960, e frente às posições de lideranças da área governamental, que podem ser vistas, por exemplo, nas teses defendidas por San Tiago Dantas por ocasião dos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1961 e, ainda, frente aos debates sobre educação de adultos ocorridos no 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958 - a proposta inicial do MEB era bastante "clássica". Voltava ao mesmo conceito amplo e relativamente vago de educação de base formulado pela UNESCO e, mais ainda, recebido através da versão elaborada pelos católicos credenciados junto à UNESCO e através de experiências que procuravam juntar explicitamente a catequese à alfabetização, numa estrutura de movimento de base estritamente paroquial e diocesana. Os documentos iniciais do MEB, elaborados durante os anos de 1961 e 62, provam suficientemente isto.

Os conteúdos e as formas de ação retomavam, basicamente, direta ou indiretamente, muito do que havia sido proposto e experimentado, em âmbito oficial, pela CNER, com a qual alguns setores da Igreja colaboravam diretamente, ou veiculado através do SIRENA, no caso das escolas radiofônicas. Outras formas de ação, no entanto, foram retomadas, inconscientemente, de outras fontes (como as missões culturais, por exemplo, e a animação rural, que foram inspiradas pelas experiências do Senegal), sem reportar-se ao que estava mais próximo. É bem verdade que não se pode dizer

que o mais próximo era o melhor; mas, em termos de experiência brasileira, era de se esperar que se partisse do que havia sido feito, evidentemente após sua avaliação.

Após essas colocações, podemos entender mais facilmente o salto qualitativo efetuado pelo MEB ao final de 1962, quanto ao conceito de educação de base, quanto a sua metodologia e, enfim, quanto a sua própria definição como movimento educativo. Como dissemos, basta-nos uma síntese de BRANDÃO (1977:31-40), para apreender o essencial. Usando de início suas próprias palavras:

*" O 'fundamental' dos programas de educação vistos na parte anterior, foi transformado pelo MEB em um outro tipo de proposta. O que era antes 'um mínimo necessário' para o estabelecimento de 'condições materiais de vida' nas 'comunidades mais pobres', tornou-se o básico para uma vida digna da pessoa humana. A educação de base foi entendida, inicialmente, como uma educação que pudesse conduzir pessoas à aquisição de conhecimentos básicos ( fundamentais e primários) para um aproveitamento mais eficaz das condições de vida. Depois, ela passou a ser interpretada como uma educação que conduzisse pessoas e comunidades a: a) tomarem consciência das dimensões naturais e históricas, e da dignidade essencial do ser humano e do seu destino; b) estabelecerem formas de mobilização populares que produzissem ações de mudança da sociedade capazes de estabelecerem as bases sociais da afirmação e da realização e dignidade da pessoa humana" (grifos do Autor).*

Em decorrência, Brandão aponta algumas situações concretas que exemplificam essa mudança de conceito e de atitude:

- 1º) A idéia de desenvolvimento passa a ser um instrumento necessário para o estabelecimento de condições de vida mais humana e mais justa, para todos. Passa a ser entendida como resultado de um trabalho coletivo de libertação, onde o povo é sujeito do processo de reconstrução social.
- 2º) A educação de base procura desenvolver uma consciência crítica, com pelo menos três atributos: a) que ela seja um reconhecimento de dimensões (pessoa, comunidade, etc.) a partir dos valores dados e existentes na cultura do povo; b) que ela seja um ponto de partida crítico de avaliação desta própria cultura e do conjunto de relações sociais que a conservam como é; c) que ela seja o princípio de uma politização, ou seja uma integração do aluno-agente conscientizado em grupos e em situações de trabalhos comu-

nitários e de classe, em vista a uma ação política. (BRANDÃO; 1977:34-5).

Para isto, a escola radiofônica passa a ser apenas um dos instrumentos e o monitor, um dos agentes. É ampla e profunda toda a ação de organização sócio-política da comunidade, com os sindicatos rurais, a mobilização de grupos para tarefas imediatas, a própria representação político-partidária. O mais importante, todavia, era (e é) o próprio processo de organização de grupos populares e de representação de seus modos de pensar e de agir; ou seja: o realizar concreto da "conscientização" na "politicização".

Segundo BRANDÃO (1977:37), a educação de base do MEB introduz a história na educação popular:

*" Introdúz termos e propostas novas de mudança e de direitos humanos, como os verdadeiros produtos de uma educação comunitária. As mudanças pretendidas não são as de condições de espaço (comunidade, região, nação); são as da passagem de um tempo histórico para outro; de um mundo sem justiça para um mundo regido pela justiça". (grifos do Autor).*

Esse fundamental na educação aparece na forma mais sistematizada, ainda segundo Brandão, no mesmo texto, na elaboração de Paulo Freire:

*" ...é possível dizer que tanto ele (Paulo Freire) quanto o MEB procuraram transformar uma educação fundamental para o povo (os valores políticos dos grupos externos retraduzidos na linguagem de ajuda do povo) em uma educação do povo (os valores culturais dos grupos populares retraduzidos através da educação levada a eles). Esta seria a descoberta do que é fundamental na educação popular". (grifos do Autor)*

Em conclusão, podemos dizer que o MEB encontrou os horizontes de sua prática educativa numa prática mais fundamental, a prática política. Daí sua crise em 1964 e seu recuo a uma forma tardia de educação fundamental, depois de 1965.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Jaime Educação e desenvolvimento, uma colocação na perspectiva brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 40 (91): 6-28, jul/set. 1963.
- BEISIEGEL, Celso de Rui Estado e educação popular. São Paulo, Pioneira, 1974 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- BEZERRA, Aida As atividades em educação popular. In: A Educação popular, Suplemento nº 17 do Boletim CEI. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, abril 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues Da educação fundamental ao fundamental na educação. Proposta/Suplemento 1, setembro 1977.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Regulamento da Campanha Nacional de Educação Rural. In: NÓBREGA, Vandick Londres da Enciclopédia da Legislação do Ensino (Vol. II). Rio de Janeiro, 1954, p. 191-3.
- FERRARI, Alceu Igreja e desenvolvimento, o Movimento de Natal. Natal, Fundação José Augusto, 1968.
- HORTA, José Silvério Baia Histórico do rádio-educativo no Brasil (1922-1970). Cadernos da PUC/RJ nº 10 (Tópicos em Educação, série Letras e Artes), set. 1972, p. 73-124.
- MOVIMENTO de Educação de Base O MEB em 5 anos. Rio de Janeiro, MEB, 1965, mimeogr.
- PAIVA, Vanilda Pereira Educação popular e educação de adultos (contribuição à história da educação brasileira). São Paulo, Edições Loyola, 1973 (Temas Brasileiros II).
- ROMERO, Nelson A educação de base no Brasil em 1952 (Relatório apresentado ao Senhor Ministro da Educação e Saúde sobre a Campanha Nacional de Educação Rural: sua origem; princípios diretores e objetivos. In: NÓBREGA, Vandick Londres da Enciclopédia da Legislação do Ensino (Vol. II). Rio de Janeiro, 1954, p. 184-91.
- UNESCO L'Education de base, description et programme. Paris, Unesco, 1950 (Monographies sur l'éducation de base, 1).

## EQUIPES LOCAIS

### REGIONAL NORTE

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto n.º 1329  
(0912) 22.0318  
66.000 – Belém – PA

Escritório de Cametá  
Praça dos Notáveis n.º 38-B  
68.400 – Cametá – PA

Escritório de Santarém  
Rua 24 de Outubro n.º 1059  
68.100 – Santarém – PA

Escritório de St. Antonio de Tauá  
Rua Pres. Vargas n.º 102  
68.786 – Sto Antonio de Tauá

Escritório de Santa Luzia  
Av. Newton Bello n.º 1032  
65.390 – Santa Luzia – MA

### REGIONAL NORDESTE

Escritório do Recife  
Rua Cedro 52  
Casa Amarela  
(0812) 268-3242  
50.000 – Recife – PE

Escritório de Garanhuns  
Av. Rui Barbosa n.º 200  
2392  
55.300 – Garanhuns – PE

Escritório de Fortaleza  
Rua Francisca Clotilde n.º 680  
Porangabaçú  
60.000 – Fortaleza – CE

### REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren n.º 1651, Casa 6  
(011) 549.3888  
04.040 – São Paulo – SP

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua 2 n.º 201 – Acari  
(021) 350.1130  
21.530 – Rio de Janeiro – RJ

Escritório de Vitória  
Rua 7 de Setembro n.º 529  
(0272) 223.7436  
29.000 – Vitória – ES

Escritório Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins n.º 470  
(0512) 25.0787  
90.000 – Porto Alegre – RS



FASE

**Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**

**Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 – ZC 01**

**Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134**

**22.270 – Rio de Janeiro (RJ)**